

CONTRIBUIÇÕES DE CID TOMANIK POMPEU FILHO

Texto Item Original

CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG E, DE OUTRO LADO, [REDACTED].

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG, sociedade anônima, com sede na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, na Cidade de Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.473/0001-85, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, a seguir referida simplesmente como “GASMIG”;

[REDACTED], [REDACTED], com sede [REDACTED], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED], ato representada na forma de seu Estatuto Social, a seguir referida simplesmente como “CONTRATANTE”;

GASMIG e CONTRATANTE são doravante em conjunto denominadas “PARTES” e, isoladamente, “PARTE”.

CONSIDERANDO QUE:

i. a Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021, instituiu normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de GÁS NATURAL por meio de condutos e de importação e exportação de GÁS NATURAL, de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 177 da Constituição Federal, bem como para a exploração das atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

ii. o Decreto nº 10.712/2021, que regulamenta a Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, que institui normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de condutos e de importação e exportação de gás natural, de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 177 da Constituição e para a exploração das atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

iii. nos termos do artigo 25, parágrafo 2º da Constituição Federal e do artigo 10º, inciso VIII, da Constituição do Estado de Minas Gerais, cabe ao Estado de Minas Gerais, diretamente ou mediante concessão, explorar os serviços locais de gás canalizado em seu território.

iv. a GASMIG é a Concessionária dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 2º do artigo 25 da Constituição Federal e na Lei Estadual nº 11.021 de 11 de janeiro de 1993 que autorizou sua constituição.

v. foi aprovada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico a Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as regras para criação do mercado livre na área de concessão de gás canalizado do Estado de Minas Gerais e as

condições gerais de acesso à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, no Estado de Minas Gerais, para a movimentação de GÁS ao CONSUMIDOR LIVRE.

vi. A CONTRATANTE firmou com o COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de fornecimento de GÁS e que o mesmo não onera o MERCADO REGULADO da GASMIG, conforme Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013.

vii. A CONTRATANTE firmou com o TRANSPORTADOR ou COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de prestação de serviço de transporte que atende ao PONTO DE SAÍDA.

viii. as alterações promovidas pela Resolução SEDE nº 32, de 28 de junho de 2021, que altera a Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, e Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, estabelece que a concessionária deverá se utilizar de contrato padronizado de distribuição de gás para atendimento aos CONSUMIDORES LIVRES.

As PARTES, entre si, têm justo e acordado celebrar o presente CONTRATO, que será regido pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Contribuição

“A minuta inteira necessita de revisão de terminologia, por exemplo: não é serviço de distribuição. mas sim serviço de distribuição de gás canalizado. Outra revisão necessária é a fundamentação legal. Esqueceram da LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995. - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências e LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”